

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paço e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão se encontra ausente, sendo representado nesta sessão pelo seu substituto legal, o Senhor Paulo Jorge Pereira, em conformidade com o estabelecido no n.º 1, alínea c) do artigo 18º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a ausência do Senhor Deputado José Alberto Vilares Reis. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estava presente a ata da quinta sessão ordinária, realizada no passado dia dezanove de dezembro de dois mil e quinze para ser submetida a aprovação. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra para dizer que na ata referida, concretamente, no período de antes da ordem do dia, na página 2/8, quando se refere à sua intervenção, diz que “ de seguida sublinhou o facto de 2015 e cumulativamente a terminar seis anos deste Executivo”. Disse que isto é uma frase que foi tirada de um contexto e que não é perceptível, nem a sua intervenção tem esta forma de ser interpretada, pelo que gostaria que a Mesa pedisse ao funcionário que ouvisse nesta parte a gravação e tentasse perceber se o contexto tem que ser alterado ou até retirado se não acrescentar ali nada. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que iria dar indicações nesse sentido.

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da quinta sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezanove votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, dos Senhores Deputados Iolanda Neves, José Almendra, Paulo Jorge Pereira, Ricardo Pimentel, Maria Manuel Cunha, Mário Telmo Legoinha e Adriano Andrade, por não terem estado presentes na referida Sessão. -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Começou por usar a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, referindo-se à importância da alteração do feriado municipal, que, como todos os membros se recordarão foi alterada por esta assembleia no dia dezanove de dezembro de 2015, onde foi deliberado alterar a data do feriado municipal para fazer coincidir a data das suas comemorações com a data do primeiro foral concedido a Alfândega da Fé pelo rei D. Dinis no dia 08 de maio de 1294. Nessa sequência, disse, informa que já foi enviado pelo Executivo para publicação no Diário da República essa

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

mesma deliberação, pelo que, assim sendo, o feriado municipal em termos formais passará a ser comemorado a 8 de maio, todos os anos, o que entra em vigor a partir da data publicação em Diário da República. Disse, depois, que entende o Executivo, e bem, que o feriado municipal, cuja data foi alterada, também se pretende conceder maior dignidade às comemorações do feriado e o Executivo sugeriu a ideia de constituir um grupo de trabalho que irá recolher todas as propostas e sugestões para a elaboração de um programa do feriado municipal, que se pretende venha a ser um programa dinâmico, vivo e com outra divulgação que não tem tido desde que Alfândega da Fé passou a comemorar o feriado municipal depois da deliberação de 1978, também da Assembleia Municipal. Assim sendo, disse, existe já um esboço de propostas e também a ideia de criar um grupo de trabalho que cessará as suas funções no exato momento em que o programa esteja elaborado. De seguida, deu conhecimento da proposta sugerida pelo Executivo para a constituição desse grupo de trabalho e que também é pedido à Assembleia Municipal para que cada bancada sugira dois elementos para integrarem este grupo de trabalho. A composição delineada é a seguinte: -----

----- Vereador António Salgueiro, um vereador da oposição, o Senhor Professor Francisco José Lopes, Ana Margarida Duque Dias, em representação da Casa da Cultura, Ana Afonso, em representação da Biblioteca Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal, dois deputados da bancada do PS e dois da bancada do PSD/CDS-PP, os senhores padres, um membro da AICAF e o Diretor do Agrupamento de Escolas do Concelho de Alfândega da Fé. Continuando, disse, a ideia é de organizar uma proposta para submeter à consideração do Executivo, é obviamente, executar essa proposta e tratar de toda a preparação do programa que vier a ser aprovado. Referiu que existe já uma ideia básica, ou seja, um esboço inicial do programa, procedendo depois à divulgação das diversas atividades propostas para integrarem o programa. De seguida pediu às duas bancadas para indicarem cada uma delas dois nomes para integrarem o grupo de trabalho o qual não irá ser estático, porque o Executivo pretende que em cada ano o programa do feriado municipal, para além do hastear da bandeira e dos discursos políticos, quer-se que o feriado municipal seja vivo e que tenha alteração. Portanto, referiu, não é uma coisa que será sempre igual, pois aquilo que se pretende é dar maior visibilidade a Alfândega da Fé e que a comemoração do nosso feriado municipal possa, daqui por uns tempos, se tudo correr bem, poder ser atração de gente de fora do concelho. A Senhora Presidente da Câmara referiu que esta proposta de programa foi elaborada pelo Senhor Professor Francisco José Lopes a pedido do Executivo, uma vez que ele teve até a iniciativa de fazer todo um trabalho de sensibilização que levou a tomar esta decisão, que é para ser discutida e afinada. Disse, depois, que seria importante que todas as freguesias participassem porque um dos motivos que levou a alterar a data do feriado foi o facto de o mesmo ser comemorado no dia de S. Pedro, que é o patrono da Paróquia de Alfândega da Fé; o feriado é do concelho, não é só da vila, sendo este um dos argumentos utilizados quando foi tomada a decisão de alterar a data do feriado. -----

----- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio começando por referir-se ao guião apresentado para as comemorações do Feriado Municipal, disse parecer-lhe que há aqui uma preocupação de envolver toda a gente, todas as instituições, e isso parece-lhe, efetivamente, um bom ponto de partida. Referiu, depois, que em sua opinião as Juntas de Freguesia têm não só o dever de participar, como têm a obrigação de participar, porque fazem parte do nosso concelho, são uma parte integrante e importante do concelho e têm acima de tudo uma ligação muito forte com todas as pessoas da sua freguesia e todos os empreendedores que nelas existem. Por isso, disse, têm a obrigação de trazer aqui um trabalho para este feriado municipal, onde quem ganha não é cada um de nós, mas é um todo. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Posteriormente, o Senhor Deputado Luís Terêncio disse trazer a esta assembleia um assunto que em opinião toca a todos, que já foi várias vezes discutido, que tem a ver com a falta de médicos em Alfândega da Fé. Assim, disse, gostaria de saber o que o Executivo está a pensar e o que propõe fazer relativamente a este assunto. Disse, depois, ter conhecimento de fonte segura que o município vizinho de Torre de Moncorvo já tomou algumas medidas quanto ao problema da falta de médicos e que neste momento já terá dois médicos interessados em negociar com a autarquia. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado, Luís Terêncio, referindo-se à empresa municipal Alfandegatur, começou por dizer que iria colocar algumas questões. Começou por perguntar quais os moldes do contrato de concessão celebrado com a empresa Piter, nomeadamente, os prazos da concessão, garantias da concessão, investimentos na concessão, entre outros. Depois, disse, tem a ver com as indemnizações atribuídas aos funcionários da Alfandegatur, designadamente, os moldes da contratação de fixação e continuação dos respetivos funcionários, acrescentando que sabe que houve pessoas que saíram, por razões diversas, algumas pessoais, outras provavelmente por não se reverem nos moldes da empresa, até porque, disse, estas indemnizações têm que ser suportadas pelo município, que é detentor de 100% do capital da Alfandegatur. -----

----- Continuando, o Senhor Deputado Luís Terêncio referindo-se ao SPA, disse que estamos perante dois edifícios (Hotel e SPA) concessionados a pessoas diferentes, pelo que gostaria de saber em que moldes e a quem vai ser feita a concessão ou concessões do SPA. Depois, disse, que segundo informação da “praça pública” terá havido um concurso para concessionar as escolinhas, que houve alguns interessados e que as mesmas foram concessionadas a um ganhador, e que, segundo ouviu dizer, neste momento a Piter terá feito um “braço de ferro” para ficar com as escolinhas, as quais terão sido entregues diretamente por esse ganhador à empresa. Assim, pergunta, se houve um concurso e um ganhador, como é isso possível e previsto em concurso, que a transferência fosse feita desta maneira direta. Seguidamente, o Senhor Deputado Luís Terêncio referiu que, segundo sabe, a Junta de Freguesia de Sambade deu autorização para que a Câmara canalizasse a água a partir da serra de Bornes, diretamente ao Hotel, ou seja, havia aqui a canalização da água que a serra gere, sem custos, e o hotel utiliza essa água. Assim, questiona se há uma concessão a uma entidade privada gostaria de saber como fica esta situação, se a aldeia fica sem essa água, se no verão está a regar com outra água com a qual a Junta tem custos, quando tem água sua que vem por gravidade e de forma gratuita. -----

----- Seguidamente, perguntou se os votos de louvor e de pesar foram enviados às respetivas instituições e famílias. Disse, depois, que há dias passou pela Torre do Relógio e reparou que a sua pintura está já em mau estado. Foi recentemente inaugurada, disse, houve uma festa bem simpática e bem alusiva ao momento, que foi uma preocupação do Executivo e bem pensada, mas parece-lhe que tão pouco tempo decorrido do término da obra a Torre do Relógio apresenta algum mau estado em termos de pintura, pelo que gostaria de saber se o Executivo está atento e se irá responsabilizar quem de direito. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, respondendo às questões do Senhor Deputado Luís Terêncio começou por dizer que de facto o Centro de Saúde está mal, embora já tenha estado pior. No entanto, disse, poderá vir a estar novamente pior uma vez que há um médico que poderá ir embora. Referiu que tem andado preocupada com a situação e que terá uma promessa de que será colocado no Centro de Saúde, caso esse médico vá embora, um outro médico, e que depois do exame do internato serão aqui colocados um ou dois médicos. Disse que está atenta e que está a acompanhar muito de perto a situação do Centro de Saúde. Quanto à questão de oferecer condições, disse que a questão não se resolve por

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

aí, uma vez que de hoje em dia tem que ser a ULS a colocar, têm que ser pessoas com internato feito, com especialidade. O ideal referiu, é que viesse para Alfândega uma unidade de saúde familiar com médicos novos. -----

----- No que respeita ao contrato de concessão celebrado com a PITER disse que os termos estão lá todos, designadamente, que a empresa iria ficar com um determinado número de pessoas, a seleccionar, e as outras não as assumiriam e, a empresa a assumi-las, a Alfandegatur também vai assumi-las, pelo que irá ser feito um despedimento e as pessoas terão direito a uma indemnização a ser paga pela Alfandegatur. Por isso, referiu, as pessoas que saíram, umas porque quiseram, outras porque de facto a PITER considerou que o projeto não libertava meios para pagar vencimentos tão altos, não estão postas de parte no sentido de virem a integrar novamente o projeto. No entanto, a Alfandegatur como empresa que detinha os contratos, vai fazer um despedimento coletivo e pagar as respetivas indemnizações, dado que não faz sentido a Alfandegatur ficar com pessoas a quem não tem que dar que fazer uma vez que não estão integradas no projeto do hotel. -----

----- Em relação às escolinhas, a Senhora Presidente disse que estão com a mesma pessoa neste momento e que se houver uma negociação entre a pessoa que está com as escolinhas e a PITER, terá que ir a reunião de câmara tal como previsto no procedimento concursal para autorizar a respetiva subconcessão. -----

----- No que respeita à água, disse que quando o atual Executivo assumiu funções o hotel tinha dois furos que começaram a não ser suficientes principalmente a partir da construção do SPA. A Câmara, disse, com autorização da anterior Junta de Freguesia de Sambade, fez uma obra para direccionar uma parte da água da serra para o hotel sem deixar que a água que é necessária ir para Sambade continue a ir para Sambade. Havia água que estava a ser desperdiçada, daí fazer-se uma obra para recolher essa água que estava a ser desperdiçada, de maneira a poder dar para o hotel mas continuar a ser utilizada em Sambade. -----

----- Complementarmente à informação prestada pela Senhora Presidente relativamente à questão da água, o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, começando por referir que todo aquele sistema hidráulico que existe na serra que antigamente abastecia as aldeias da serra e também a sede do concelho foi construído na década de sessenta e foi de facto uma grande obra no nosso concelho para resolver o problema grave que se verificava de abastecimento de água potável em Alfândega da Fé. Sambade, Vila nova e Covelas, disse, pela sua natureza e localização, já tinham água de qualidade, mas também beneficiaram com este sistema hidráulico, que foi uma obra que na altura e ainda hoje capta água em três localidades diferentes da Serra de Bornes, que tem todo um sistema hidráulico conjunto que deriva essa água para dois reservatórios, e a partir deles para Covelas, Sambade e Vila Nova. Essa água, referiu, deixou de ser utilizada para consumo humano em Alfândega da Fé e Sambade, a partir do momento em que estas duas localidades passaram a ser abastecidas pelos sistemas multimunicipais, nomeadamente, a ATMAD, ficando este sistema hidráulico apenas para consumo humano para as aldeias de Covelas e Vila Nova e para rega em Sambade. Continuando, disse, é um sistema que tem qualidade na sua água, que tem muita abundância de água e em grande parte o ano a água é desperdiçada, pois sai dos reservatórios e vai pelas linhas de água abaixo, porque a utilização dessa água em Covelas, Vila Nova e Sambade não é suficiente para gastar toda esta água. No que respeita ao abastecimento do hotel, o mesmo teve sempre captações próprias, e com a entrada em funcionamento do SPA o consumo de água passou a ser maior e em 2012 que foi um ano de seca, levou a que os dois furos colapsassem. Foi nessa altura, referiu, que houve necessidade de falar com a Junta de Freguesia de Sambade, pois tínhamos uma empresa municipal no nosso concelho, com postos de

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

trabalho, como tal não se podia deixar aquele hotel sem água, até porque muita água era desperdiçada. As coisas foram feitas de forma a garantir o abastecimento de água para consumo a Covelas e Vila Nova, e Sambade continuar a ter água para rega. A situação hoje é diferente, disse, a empresa está prestes a deixar de ser municipal, irá ser uma empresa privada e, como é óbvio, o município irá dialogar com a Junta de Freguesia de Sambade para resolver este problema da melhor forma e fiquem salvaguardados os interesses do Concelho e da Freguesia de Sambade, pois em primeiro lugar está a Freguesia, salvaguardando, no entanto, que todos quererão que esta empresa privada tenha sucesso e tenha viabilidade no seu negócio. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara, continuando a esclarecer as questões colocadas pelo Senhor Deputado Luís Terêncio, referindo-se à Torre do Relógio, disse que já é a terceira vez que a empresa adjudicatária, a CAPSIL, a pinta, o que quer dizer que a solução que a empresa utilizou para aquela pintura não é a melhor, isso está a ser visto pelos Técnicos, para ser arranjada uma solução duradoura e definitiva, e a empresa vai ter que pintar tudo de novo e a obra tem uma garantia de cinco anos. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, para responder ao Senhor Deputado Luís Terêncio, relativamente à questão levantada sobre os votos de louvor, votos de pesar ou votos de congratulação, disse que é evidente e que é para si óbvio que, ficando a fazer parte da ata minuta e também da ata, que os serviços que elaboram e que fazem com que a ata seja redigida ajam em conformidade. Referiu que aquilo que pode dizer e prometer é que irá chamar a atenção os respetivos serviços e, se por acaso, os serviços andaram distraídos e não enviaram para os familiares das pessoas que estavam ligadas com estes votos de pesar, de louvor ou de congratulação, irão ter que o fazer porque não faz sentido que esses votos tivessem só visibilidade na Assembleia Municipal. A Senhora Presidente interveio, para dizer que poderá garantir que foram enviados e nunca foram não só neste mandato como com os Executivos anteriores, mas que se a Mesa entender que devem ser, serão dadas ordens no sentido de os mesmos serem enviados. -----

----- Seguidamente, o Senhor Deputado Luís Terêncio, referindo-se à questão dos votos de louvor e de pesar, disse ter-se lembrado de falar sobre o assunto, porque há dias entrou numa empresa e viu um voto de louvor do Município a que pertence essa empresa assinado pelo Presidente da Assembleia. Em sua opinião, disse, distraídos não andavam os serviços mas sim o Senhor Presidente, porque o procedimento é fazer o voto de louvor na Assembleia e comunicar à pessoa ou pessoas responsáveis pelo serviço, e sempre que haja um voto de louvor ou de pesar, porque infelizmente um voto de pesar não será emoldurado, será mais uma consolação, no fundo o reconhecimento por uma infelicidade, mas um voto de louvor a uma instituição ou a uma empresa, até será um ato de enaltecimento que será colocado no seu hall de entrada e aqui terá que ser feito em papel formal da Assembleia Municipal, assinado pelo seu Presidente, com indicação do motivo do envio desse documento. -----

----- No que respeita às escolinhas, disse, a Senhora Presidente da Câmara referiu que houve um ganhador e que se houver uma conversação entre este e a PITER será um assunto que irá à reunião de câmara. Em sua opinião entende que nem deveria ser permitida uma conversação entre quem ganhou e a empresa do Hotel & SPA. Continuando, disse, sendo um concurso fora da concessão do Hotel, o que deve ser feito é, ou o privado cumpre o regulamento até ao fim, ou se quiser entregar, que as escolinhas voltem novamente a concurso, para que as coisas sejam feitas de forma transparente para se aproveitar o prémio sobre o qual o Senhor Presidente da Mesa fez confusão com o prémio da transparência, da

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

corrupção e por aí adiante. Aqui, sim, devem ser feitas de forma transparente as questões e os concursos. No que respeita à água, referiu já ter percebido que havia um desperdício, foi feita uma canalização para a empresa municipal para que não houvesse tanto custo e bem, mas o que lhe parece é que de certa forma tem que ser acautelada esta situação da água e que o Executivo já está atento a esta situação. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado Luís Terêncio, referindo-se, ainda, à concessão do SPA, disse que a cláusula nona do contrato refere que “a exploração do SPA será feita em documento autónomo dizendo o protocolo os seus termos específicos”; disse querer lembrar à Senhora Presidente, em primeiro lugar, que, relativamente àquelas duas unidades, nunca deveria ser feita uma concessão de forma isolada, ou seja, quem ficasse com o Hotel ficaria também com o SPA. Em sua opinião, há aqui uma outra questão, que tem a ver com o facto de dentro do SPA temos uma concessão feita com um contrato que são as massagens, que tem um espaço temporal e que tem de ser cumprido, e se o mesmo não for cumprido a pessoa tem que ser ressarcida de alguma forma. Depois, disse, há uma outra questão que queria colocar e que tem a ver com a cláusula décima nona que diz “a venda será feita pelo preço total de um euro, assumindo o terceiro outorgante que é a PITER, todos os compromissos financeiros que a Alfandegatur detém junto do Turismo de Portugal, da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa de Crédito Agrícola. Assim, pergunta, quais os valores que estão em causa junto dessas instituições. A Senhora Presidente da Câmara, relativamente às massagens no SPA disse tratar-se de um contrato de prestação de serviços que é para ser mantido e a pessoa que tem esse contrato sabe perfeitamente disso. Considera que é um contrato que está a funcionar bem e que seja quem for que fique com o SPA terá interesse nesse contrato. Quanto à dívida, a Senhora Presidente referiu que o total rondará um milhão e setecentos mil, dividida pelo Turismo à volta de setecentos mil, a Caixa Geral de Depósitos, quatrocentos e quarenta mil e a Caixa Agrícola, quinhentos mil. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, começando por dizer que deverá ser feita alguma coisa para cumprir o regimento da Assembleia e que aquilo que tem presente é que no período de antes da ordem do dia, cada um dos deputados tem direito a intervir uma vez, como tal deveria ser feito um esforço para cumprir esse regimento. Depois, referiu, muito admira que o Senhor Deputado Luís Terêncio seja um deputado tão acauteladinho e tenha deixado cometer tantos erros no passado e agora esteja tão preocupado com questões de pormenor. De qualquer forma, referiu, congratula-se com a importância da divulgação dos votos que considera muito importante e até o admira, como tendo o Senhor Deputado Luís Terêncio uma fonte tão bem instalada no interior da Câmara de Moncorvo, não lhe tenham dito que na Assembleia Municipal de Moncorvo foi aprovado por unanimidade um voto de congratulação pelo facto de o Município de Alfândega da Fé ter ficado dois anos consecutivos em primeiro lugar no índice de transparência e a bancada do PSD/CDS-PP se ter absterido no voto de louvor que foi aqui proposto na última sessão. A Senhora Presidente usou da palavra, dizendo que realmente lembra bem, é que na Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo foi aprovado por unanimidade um voto de louvor pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé ter ficado dois anos consecutivos no primeiro lugar no índice de transparência e aqui os senhores Deputados da bancada do PSD/CDS-PP abstiveram-se. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra para informar o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes que o artº 28º da Assembleia não é tão rígido, diz apenas que a duração do período de Antes da Ordem do Dia é de sessenta minutos e não diz que um membro tem que intervir só uma vez. De qualquer maneira, referiu, ainda que dissesse, ele não iria seguir à risca esse ordenamento. Relativamente à intervenção feita pelo Senhor

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Deputado Diamantino Mário Lopes disse que também concorda e já era sua intenção fazer essa observação ao Senhor Deputado Luís Terêncio, porque sempre que a Assembleia Municipal delibera e é apresentado um voto de louvor ou de protesto, este que foi agora aqui referido por causa da transparência do Município é de sublinhar, lamentando que quando aqui nesta Assembleia foi proposto, a bancada do PSD-CDS-PP se tenha absterido. De qualquer maneira, referiu, o Senhor Deputado Luís Terêncio fez muito bem em levantar a questão, deve ser dada publicidade, porque senão não faria sentido votar votos quaisquer que eles fossem, porque não saíam aqui desta sala e só ficariam a saber as pessoas que se dessem ao trabalho de ir ao Município pedir para ler as atas da Assembleia Municipal. -----

----- Posteriormente, interveio o Senhor Deputado Luís Terêncio, dirigindo-se ao Deputado Diamantino Mário Lopes, dizendo que a questão do acauteladinho tem a ver com a experiência que vai ganhando, porque quando entrou para a Assembleia Municipal era tal como muitos outros, ou seja, uma pessoa inexperiente e foi aprendendo, pois tem-se como uma pessoa inteligente e as pessoas inteligentes vão aprendendo e vão acima de tudo percebendo. Continuando, referiu, que relativamente ao índice de transparência aquilo que na altura disse foi que no índice de transparência havia muita confusão, porque aquilo que o Senhor Presidente da Mesa tinha dito anteriormente é que no índice de transparência se falava em corrupção, obscuridade, compadrios e o mesmo não tem nada a ver com isso, em apenas a ver com a informação que se coloca no “site”. Depois, referiu, aquilo que também disse é que mais que não seja este índice de transparência trouxe uma coisa muito boa e que lhe agradou, ou seja, o facto de Alfândega da Fé vir nos meios de comunicação social. Disse, também, que o índice de transparência não trazia absolutamente nada de forma direta aos munícipes, nomeadamente, não reduzia taxas de IMI, não trazia contribuições para o endividamento poder baixar, ou seja, daquilo que poderia ser de forma direta aos munícipes não trazia nada. -----

----- A Senhora Presidente usou da palavra e, referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Luís Terêncio disse que demonstra que não percebeu mesmo nada da importância do índice de transparência. Embora seja verdade, disse, que o índice de transparência é tão somente atribuído por uma organização internacional que em todo o mundo trabalha contra a corrupção e pela transparência, porque a transparência é uma das condições de haver controle sobre possíveis corrupções ou compadrios, a questão é que uma das primeiras condições para controlar aquilo que fazem as pessoas que estão nas instituições públicas é disponibilizar informação porque um dos problemas que nós temos muitas vezes, mesmo ao nível do Governo, e mesmo ao nível do Presidente da República, que nem sequer coloca no seu “site” todos os ajustes e contratos que faz, e por isso não permite a qualquer cidadão, seja ele qual for, que faça escrutínio da República, onde se gastam alguns milhões, e até tem vindo notícias na comunicação social, e também, por exemplo, todas as negociações das parcerias público-privadas que supostamente terão poupado tanto dinheiro segundo a versão do anterior Governo, nunca foram publicitadas. Isso, disse, é falta de transparência, pois isso não permite aos cidadãos escrutinarem o trabalho dos políticos. Continuando, disse, no nosso caso, desde o início, que se começou a trabalhar com todas as pessoas da Câmara para perceberem que era importante colocar no “site” o máximo de informação e isso é importante para os munícipes, é importante em democracia, porque isso significa que as pessoas, neste momento, em relação aquilo que se passa na Câmara têm muita informação, coisa que nunca tiveram, é que dantes nem “site” havia, o que significa passar do zero para os noventa e tal por cento, dentro de um índice que construído por esta organização de transparência internacional e que tem uma série de requisitos sobre toda a informação que deve estar no “site”, e o município, disse, tem mais de 90%, o que quer dizer que falta pouco para atingir os 100% e aquilo que falta até tem a ver com alguns

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

problemas técnicos que terão de ser resolvidos e algumas dúvidas, ou seja, desvalorizar o esforço de um pequeno município do interior, sobrecarregado com dívidas deixadas por dois mandatos de gestão completamente ruínicos e opaca, porque nem “site” havia, e ter um pequeno município do interior, que são sempre vistos como uns atrasados e provincianos, dado cartas a nível nacional em relação a todos os municípios e ser o melhor numa coisa que depende do trabalho feito e depende de um valor e convicção que o Executivo tem porque em democracia a transparência + fundamental para a prestação de contas, desvalorizar o primeiro lugar no índice de transparência é não perceber a importância da transparência para a boa democracia, e é também não valorizar o trabalho do Executivo, que apenas define a orientação e lidera, mas o trabalho é feito por todas as pessoas responsáveis do município e são várias. Assim, disse, considera que desvalorizar este trabalho é falta de visão, é mesquinhez. -----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### ----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 10/02/2016, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser arquivada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara prestou algumas explicações genéricas relativamente à mesma, começando por referir que na próxima semana a Câmara vai ter uma auditoria na área da qualidade, onde mais uma vez vamos estar à frente de todos os municípios da região e se calhar de todos os do País, que é um esforço que está a ser feito com os nossos colaboradores. O Município já está certificado na ISSO 2001, na área da qualidade e agora resolveu-se alargar a certificação para o ambiente e a segurança, porque o Município tem tido um trabalho importante no âmbito da organização interna e que nesse aspeto aquilo que foi feito foi desmaterializar toda a informação, ou seja, toda a informação que chegue ao Município não circula em papel, mas sim numa plataforma, é digitalizada e fica guardada num arquivo digital ao mesmo tempo que se mantém o arquivo em papel. Isso permite, disse, fazer um controle de toda a informação que circula no Município e não haver, como havia anteriormente, desaparecimento de documentos, de faturas ou outras coisas parecidas. A única coisa definida como confidencial, disse, porque a lei assim o exige, é a atribuição de apoios a pessoas porque, de facto, há uma questão de privacidade que a própria lei acautela. -----

----- Em termos de segurança no trabalho, disse, é fundamental e que quando este executivo assumiu funções, não havia nada feito nesta matéria. Foi contratada uma técnica de segurança e foram já feitas muitas coisas nessa área. -----

----- Depois, chamou à atenção para o facto de no ano de 2015 o endividamento foi reduzido pelo menos em um milhão e cinquenta e cinco mil euros, ou seja, são valores provisórios, mas demonstra que o executivo está a conseguir reduzir 10% ao ano no endividamento, por forma ao Município deixar de estar em excesso de endividamento e poder, depois, começar a trabalhar na redução dos impostos municipais dentro daquilo que forem as disponibilidades e o que for considerado razoável pelos órgãos municipais. -----

----- À medida que vão aumentando as receitas e uma vez que o Executivo vai reduzindo a dívida, provavelmente vamos atingir mais rapidamente esse objectivo que é deixar de estar em excesso de endividamento e podermos, depois, deixar de ter os impostos municipais nos valores máximos. A seguir a esse objetivo, há prioridades que já se está a



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

trabalhar para elas, que é o tentar aproveitar o Quadro Comunitário e melhorar a organização interna dos serviços, de forma a prestarmos o melhor serviço possível aos munícipes. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra começando por referir que a Senhora Presidente focou dois pontos importantes, um que tem a ver com a certificação da qualidade, questionando depois qual o custo, e a segurança no trabalho, perguntando se o respetivo regulamento está aprovado pela ACT e a proteção de dados, tendo a Senhora Presidente respondido que sim e que inclusivamente a própria entidade da proteção de dados fez algumas recomendações. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado Luís Terêncio disse que a análise feita à informação ficou com algumas dúvidas quanto ao valor da dívida, pelo que gostaria de ter essa indicação para que não fiquem dúvidas e para não vir a apontar valores que não estejam corretos. A Senhora Presidente disse que os valores constantes da informação são provisórias e só no Relatório de gestão e contas é que virão os valores definitivos. Dos valores agora apresentados pode ver-se que na dívida a médio/longo prazo a redução foi de 726 mil euros e a dívida a curto prazo, no que respeita a fornecedores houve uma redução de 208 mil euros de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, e nos outros credores, está incluído o valor que provavelmente a Câmara irá pagar ao FAM, de 352 mil euros, que provavelmente vai ser reduzido, uma vez que a Associação Nacional de Municípios está a negociar com o atual Governo a redução do valor a transferir dos municípios para o FAM. -----

### ----- 2. PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, COM A INTRODUÇÃO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO DOUTO TRIBUNAL DE CONTAS EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO, ATRAVÉS DO OFICIO DECOP/UAT.2/334/2015:

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por referir que este assunto já veio à Assembleia Municipal e que se trata da adesão ao FAM. A Câmara fez um conjunto de quadros, trabalhou-se com o FAM, o nosso plano foi aprovado e os nossos quadros e o processo foi enviado para o Tribunal de Contas e este Tribunal ainda não aprovou nenhum processo do FAM, e aliás, soube que já tinha dado visto negativo à Câmara de Aveiro, que agora está a reclamar, sendo eu Aveiro e Alfândega são os municípios mais adiantados neste processo. No nosso caso pediram-nos para fazermos os cálculos durante 20 anos em todos os mapas, em que apenas tínhamos feito os cálculos por 10 anos, que era o cálculo até atingir o objectivo da dívida ficar abaixo do limite de endividamento. No entanto, o Tribunal de Contas veio pedir para que os cálculos fossem feitos 20 anos. Quis, também, que se demonstrasse que a reestruturação do passivo que está a ser feita (aos bancos) não causa mais encargos por causa dos prazos terem sido alargados, tendo a Câmara demonstrado que mesmo aumentando os prazos, uma vez que vai haver uma diminuição grande dos juros, vai haver uma poupança substancial. Este processo já tem mais de um ano, o que está a prejudicar o município, porque estamos a pagar juros altos, e o Tribunal de Contas em vez de ser célere, está a contribuir para que a Câmara continue a pagar juros altos aos bancos. Outra questão tem a ver com a Alfandegatur, concretamente, se a empresa não for vendida no prazo de uma ano, poderemos ter que a internalizar, pelo menos a dívida, querendo que fosse feita uma simulação na eventualidade dessa internação vir a ser feita. Vai ser-lhes enviado o contrato de concessão o que demonstra que esse risco já está diminuído, que contempla a promessa de compra e venda. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto dois** à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, aprovar a proposta

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de ajustamento municipal do Município de Alfândega da Fé, com a introdução das alterações propostas pelo Douto Tribunal de Contas em sessão diária de visto, através do ofício decop/uat.2/334/2015. -----

### 3. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE LUMINÁRIAS NA FREGUESIA DE SAMBADE – ENCARGO PLURIANUAL – RATIFICAÇÃO:

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por referir que a razão deste assunto vir à Assembleia Municipal tem a ver com o facto de se tratar de um encargo plurianual. Explicou, depois, que a Câmara tem, desde início, como objetivo, diminuir os custos com iluminação pública, e que houve uma candidatura feita pela Associação de Municípios da Terra Quente que já estava a ser feita antes do atual Executivo assumir funções, e que tem a ver com a colocação de reguladores de fluxo. Estes reguladores foram colocados nas vilas, em Alfândega e nos outros concelhos, esclarecendo, depois, que os reguladores de fluxo tem vários problemas, é uma tecnologia pior que a tecnologia Led, em termos de poupança e de iluminação, mas permitem uma poupança à volta de 30% dos custos. -----

----- A Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana tem feito esse acompanhamento e de facto tem havido uma diminuição à volta dos 20-30% dos custos. No entanto, esses reguladores de fluxo tem problemas, porque atuam, inclusive, diminuindo a intensidade da iluminação e como temos vários sistemas, no fim da linha há algumas luminárias que dão muita pouca luz e acendem e apagam. Mas como essa candidatura tinha sido feita (a intenção deste executivo era passar para tecnologia LED o mais rápido possível), porque permite poupanças de mais de 50%, e como estávamos a contar que os fundos comunitários viessem a dar apoio a essa tecnologia, que de facto está provado que permite poupar metade, ou mais, dos custos com a iluminação pública, que são muito elevados para o Município, o Executivo veio a aperceber-se que no atual Quadro Comunitário não há dinheiro para melhorar a eficiência da iluminação pública, coisa que, em sua opinião, não se compreende. Disse, depois, que se andou a falar que a eficiência energética ia ser uma das coisas mais importantes no “Portugal 2020” e de facto é uma grande “treta” porque mesmo a eficiência energética em que os municípios incluíram os edifícios públicos no pacto assinado com a CCDRN no âmbito do PO-Norte, o apoio é reembolsável, pois os municípios são obrigados a reembolsar o apoio, ou seja, se os fundos comunitários derem 85% do investimento feito nos edifícios públicos (que é o único que é apoiado), os 85% dados terão de ser reembolsados com as poupanças. Por isso, disse, fomos confrontados com uma situação em que se andou a apregoar que a eficiência energética ia ser uma das partes importantes até para melhorar a economia e os custos com a iluminação pública e os edifícios públicos, entre outros, isto está a ser transformado numa coisa que não tem interesse nenhum. É verdade, referiu, que o atual Governo já disse que ia tentar renegociar e tentar voltar a colocar essa parte como não reembolsável. A manter-se como está, disse, pode nem haver interesse em ir buscar dinheiro aos fundos comunitários, porque, agora apareceu uma empresa que a é a Arquileal e a EDP, que vieram dizer que faziam o investimento, durante cinco anos a maioria das poupanças ficam para a financeira que apoia o investimento e uma parte para o Município e, no fim dos cinco anos toda a poupança fica para o Município. A escolha da freguesia de Sambade aconteceu porque em dado que em Alfândega já foi feito um investimento que ainda não foi rentabilizado, que é a instalação dos reguladores de fluxo. Se resultar, vai ser feito o mesmo noutras aldeias. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra referindo que esta ratificação que é feita passou de um valor de 68.794,00 que era o valor estimado para o investimento, para 84.000,00, perguntando qual a razão da diferença tendo a Senhora Presidente respondido que tem a ver com o valor do IVA que não tinha sido incluído. De seguida, referindo-se

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ao quadro da poupança que consta do documento presente nesta sessão, disse ver que de facto em onze anos se poupa cerca de 130.000,00 euros, valor que considera significativo. No entanto, da explicação dada pela Senhora Presidente, ficou com a dúvida de se nos primeiros cinco anos haverá alguma poupança para o Município, tendo a Senhora Presidente respondido que sim, embora uma poupança menor, porque uma parte da poupança vai para amortizar o empréstimo, só a partir dos cinco anos é que a poupança do município aumenta. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes, ratificar o “Contrato de Locação de Luminárias na freguesia de Sambade”. -----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve inscrições por parte do público. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---

----- A ata em minuta foi aprovada **por unanimidade**, dos vinte e três votos membros presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas doze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

---

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

---

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

---

(Domitila de Fátima Morais Branco)